

A título de experiência

Barbosa Lima Sobrinho

Não há dúvida que se deve reconhecer e louvar o esforço dos que procuram deter a marcha do processo inflacionário, em que o Brasil vem se debatendo. É curioso que mesmo os que vêm lucrando com a inflação, no íntimo, não gostam dela, pelo ambiente de incertezas que costuma gerar. Compreende-se, por isso, o esforço dos que representam a classe dos operários, como é o caso do sr. Luiz Antônio de Medeiros, embora se tenha procurado adotar remédios que evitem os maiores males que incidem sobre os salarizados em geral. Verdade que o resultado final da inflação, por mais corrigida que seja, tenha como consequência o empobrecimento da classe média.

Mesmo os que lucram com a inflação, não lhe são favoráveis, pela vigilância que exige, para evitar ou contornar prejuízos. Daí o esforço meritório do sr. Albano Franco, como presidente da Confederação Nacional da Indústria, para alcançar um plano geral de contenção da depreciação de uma moeda, que vem se divertindo na montanha-russa dos parques de diversão. Por si só, a inflação cria um ambiente de sobressaltos, que não pode deixar de refletir-se no sistema circulatório dos empresários. Há, pois, que lutar por uma política de equilíbrio, que proporcione maior segurança aos negócios em geral, favorecendo, assim, todos, os que perdem como os que ganham com a inflação. Incluído nesse esforço o próprio governo, representado pelo ministro Ronaldo Costa Couto, com uma ação a que não se pode negar competência e habilidade.

Desse modo se foi formando um ambiente de unanimidade, no combate à inflação. O mais difícil é encontrar os meios de chegar ao estabelecimento dos preços fixados pelos próprios produtores, com que deter a marcha do processo inflacionário. A tendência de qualquer inflação é alcançar o patamar da hiperinflação. Chega um momento em que os próprios produtores aceitam o desafio para ver quem é capaz de aumentar mais os preços das mercadorias que fabricam. A luta passa por uma fase de disputa entre produtores e intermediários, para ver quem fica com o maior pedaço. Não há taxa fixa para a classificação da hiperinflação, pois se deve dar esse nome a todo processo inflacionário que se tornar incontrolável. Daí a sua aproximação com o espiral, com a formação de anéis que vão registrando o seu desdobramento. Não são poucos os autores que se detêm na descrição da espiral inflacionária de diversos países. Tenho agora mesmo, diante de mim, o título dado por um escritor chinês ao que ele denominou *The Inflationary Spiral*, ocorrida na sua pátria, de 1939 a 1950.

Talvez seja um pouco cedo para indicar os resultados prováveis dos planos que estão sendo adotados no Brasil, como repercussão de toda a sociedade nacional, reunindo patrões e empregados. Mas há que reconhecer que contém um elemento certo, que é o

esforço para estabelecer normas para a fixação dos preços das mercadorias, sobretudo os da cesta básica, ou os do consumo popular. O tabelamento obtido pelo ministro Fumero acabou desastrosamente, por força de uma administração errônea, deslumbrada com a fantasia de uma inflação-zero, o que contrariava as idéias fundamentais do regime capitalista. Ficou faltando um pouco de flexibilidade, na execução da medida, que poderia ter dado resultados duradouros. Nada mais que um sonho, que veio servir de apoio a não sei quantos pesadelos futuros. Também não era um sonho a tal inflação inercial, que não era mais do que uma fantasia, para economistas desavisados.

Não se pode ter certeza de que o novo plano em estudos, ou em projetos, venha a dar todos os resultados que dele possam ser esperados. Não há que contar com a capacidade de renúncia, ou de sacrifício de produtores, cuja permanência passa a depender de preços realmente compensadores. E dos consumidores, já se obteve tudo que era possível, ou razoável. Mas o risco, ou a ameaça de uma hiperinflação autoriza, ou impõe, novas experiências, no desejo de que alguma delas venha a proporcionar resultados favoráveis. De certo que a margem dos aumentos permitidos, para os primeiros 30 dias, é muito ampla, com os 26 e meio por cento consentidos. Mas não está sendo maior a elevação dos preços que estamos enfrentando? E, sobretudo, a variedade de preços de um comerciante para outro?

Verdade que o ministro da Fazenda não acredita em congelamento de preços. Não têm sido poucos os anúncios de que foram banidos para sempre. Mas a realidade se diverte com os que abusam das palavras, em juramentos levianos. E procura até ser cordial, lembrando que o congelamento atual não é imposto pelo Estado, mas decorre de propostas dos próprios interessados. É, se me desculpam o exagero, um tabelamento voluntário, por mais estranho que nos pareça a classificação.

No fundo, estamos apenas em face de um plano de emergência, imposto pelas realidades do momento em que vivemos. O Brasil está atravessando uma fase paradoxal. É um país com um enorme superávit na balança comercial, não menos de 18 bilhões de dólares (ao que asseguram os entendidos) e que passa pelo vexame de ver a sua moeda rolar ribanceira abaixo, em face de um dólar onipotente. Por sinal que onipotente tão-somente nos países amarrados a dívidas que não podem pagar. Porque em face dos países credores, não faz senão descer, como se comprova com o iene japonês, quando lhe cabe executar as funções de nosso infeliz cruzado. Tanto mais quando se fala em eliminar o déficit público, sem incluir nele os pesados encargos da dívida externa. Com o receio de que se chegue à evidência de que também não é possível eliminar o déficit público.

Como não há nenhum desejo de recorrer aos específicos, em busca de uma cura definitiva, é o caso de recorrer às mezinhas e às experiências dos curandeiros. Façamos votos para que de certo, para reduzir as aflições do povo brasileiro.